

CONCURSO PÚBLICO
DEFENSOR PÚBLICO – SETEMBRO/1997

DIREITO CIVIL

01-Quanto à norma jurídica, é INCORRETO afirmar:

- a) Ao processo de preenchimento das lacunas e omissões da lei pelo julgador dá-se o nome integração.
- b) Interpretação autêntica é a que advém do próprio legislador, em geral mediante provimento legislativo.
- c) Direitos subjetivos públicos são os deferidos pela norma jurídica às pessoas de direito público.
- d) Não se presume a retroatividade da lei.
- e) Descabe o uso da equidade pelo julgador diante de norma legal expressa sobre a matéria em litígio.

02-Pedro e Antônio celebram contrato de compra e venda de imóvel, registrando no ato valor inferior ao efetivamente praticado, com a intenção de iludir o Fisco. Trata-se de ato viciado por:

- a) Dolo accidental.
- b) Simulação absoluta.
- c) Dolo principal.
- d) Simulação relativa.
- e) Fraude contra credores.

03-Assinale a seqüência que preenche corretamente as lacunas da afirmativa:

“Sem _____, os absoluta e os relativamente incapazes praticam atos da vida civil, respectivamente, mediante _____ e _____.”

- a) Capacidade de direito, representação, assistência.
- b) Capacidade de fato, assistência, representação.
- c) Capacidade de fato, representação, assistência.
- d) Capacidade de direito, assistência, representação.
- e) Legitimação, assistência, representação.

04-Quanto a ato praticado por relativamente incapaz, é INCORRETO afirmar:

- a) A invalidação do ato é decretada no interesse privado da pessoa ou pessoas prejudicadas.
- b) A invalidação do ato não pode ser decretada “ex-officio” pelo juiz.
- c) A imperfeição do ato pode ser suprida pelo juiz a requerimento das partes interessadas ou de seus legítimos representantes.
- d) O menor não pode eximir-se da obrigação contraída, se dolosamente ocultou a idade.
- e) O ato é insuscetível de ratificação.

LEIA ATENTAMENTE AS ASSERTIVAS DAS QUESTÕES DE NÚMEROS 05 A 07, PARA RESPONDER A ESSAS QUESTÕES, ASSINALE:

- a) Se apenas as assertivas I e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as assertivas II e III estiverem corretas.
- c) Se apenas as assertivas IV e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as assertivas I, II e III estiverem corretas.
- e) Se todas as assertivas estiverem corretas.

05-

- I. O direito aos alimentos é imprescindível. Todavia, as prestações alimentares vencidas e não pagas prescrevem em cinco anos.
- II. O marido não pode, sem consentimento da mulher, independentemente do regime de bens, prestar fiança, alienar ou hipotecar imóveis.
- III. Constituem motivo para a separação judicial a ruptura da vida em comum há mais de um ano consecutivo e a impossibilidade de sua reconstituição.
- IV. A separação judicial dissolve o casamento válido.
- V. Os cônjuges separados judicialmente ou divorciados poderão restabelecer a sociedade conjugal, contando que o façam mediante requerimento aviado nos autos do processo respectivo.

06-

- I. A doação, ainda que gravada por encargo, não pode ser atacada pelo donatário se presentes vícios ou defeitos ocultos na coisa doada.
- II. O valor da cominação imposta na cláusula penal pode ser superior à quantia da obrigação principal.
- III. Aquele que procede em legítima defesa não está sujeito a reparar a coisa alheia danificada em razão de seu ato.
- IV. Enquanto na compra e venda os ascendentes não podem alienar aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consentam, na doação tal providência não se faz mister.
- V. O usucapião extraordinário dispensa justo título e boa-fé, mas exige posse pacífica, ininterrupta e com intenção de dono.

07-

- I. Inexistindo descendentes, ascendentes e cônjuge sobrevivente, são chamados à sucessão legítima os colaterais até o 4º grau.
- II. Pode haver direito de representação na sucessão legítima na linha reta descendente; nunca em linha reta ascendente.
- III. Os analfabetos não podem dispor de seus bens por meio de testamento cerrado.
- IV. Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- V. A aceitação da herança pode ser expressa ou tácita; já a renúncia deve ser declarada, expressamente, em escritura pública, ou termo judicial.

08-Segundo o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/07/90), é INCORRETO afirmar:

- a) A falta ou carência de recursos materiais não constitui, por si só, motivo para a perda ou a suspensão do pátrio poder.
- b) Os divorciados e os judicialmente separados não podem adotar conjuntamente.
- c) Considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa cuja faixa etária esteja situada entre doze e dezoito anos.
- d) A guarda pode ser deferida incidentalmente nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- e) O falecimento dos adotantes não tem o condão de restabelecer o pátrio poder dos pais naturais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

LEIA ATENTAMENTE AS ASSERTIVAS DAS QUESTÕES DE NÚMEROS 09 A 13. PARA RESPONDER A ESSAS QUESTÕES, ASSINALE:

- a) Se apenas as assertivas I e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as assertivas II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as assertivas II, III e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as assertivas I, IV e V estiverem corretas.
- e) Se todas as assertivas estiverem corretas.

09-

- I. O Poder Judiciário no Estado de Minas Gerais é exercido, entre outros órgãos, pelo Tribunal de Alçada, Tribunal e Conselhos de Justiça Militar e Juizados Especiais.
- II. Compete à Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a competência das justiças especializadas, processar e julgar originariamente ação rescisória dos julgados proferidos pelas suas Câmaras Cíveis Isoladas.
- III. Compete ao Órgão Especial do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais propor projeto de resolução ao Tribunal Pleno dispendo sobre o Regimento Interno daquele Tribunal.
- IV. O pedido de assistência judiciária gratuita só pode formulado na inicial ou na contestação.
- V. Os benefícios da assistência judiciária transmitem-se automaticamente aos herdeiros do beneficiário, em caso de falecimento deste.

10-

- I. As partes podem de comum acordo reduzir ou prorrogar prazo dilatatório ou peremptório, desde que o requeiram antes do vencimento daquele.
- II. É vedada a citação pelo correio nas ações de estado e nas ações cuja ré seja pessoa de direito público.
- III. Quando a citação é efetivada por hora certa, o prazo da contestação começa a fluir da data da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.
- IV. As intimações consideram-se realizadas, em qualquer caso, no mesmo dia em que ocorrem.
- V. A carta precatória tem caráter itinerante, podendo ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.

11-

- I. O pedido interpreta-se restritivamente, mas no principal estão compreendidos os juros legais, ainda que não expressamente pleiteados na inicial.
- II. Indeferida a petição inicial, cabe recurso de apelação, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.
- III. A incompetência absoluta deverá ser alegada, em preliminar, na contestação.
- IV. O pedido deve ser certo, mas pode ocorrer a formulação de pedido genérico quando não é possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.
- V. Considera-se preempção a perda do direito de renovar a propositura da mesma ação.

12-

- I. A alteração do pedido ou da causa de pedir, após o saneamento do processo, só é possível com o consentimento do réu.
- II. A renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, a transação das partes e o acolhimento de prescrição ou decadência acarretam a extinção do processo com julgamento de mérito.
- III. Ainda que encerrado o processo sem julgamento de mérito, nem sempre é possível que a parte intente novamente a ação.
- IV. Após a citação, não mais pode o autor desistir da ação sem a concordância do réu.

13-

- I. A desistência do recurso aviado independe de anuência da parte contrária.
- II. O Agravo de instrumento interposto da decisão que inadmite Recurso Especial deve ser protocolizado diretamente no Superior Tribunal de Justiça.
- III. Do julgamento não unânime do Tribunal em Agravo de Instrumento são cabíveis embargos infringentes.
- IV. A apelação da sentença que condena à prestação de alimentos é recebida somente no efeito devolutivo.
- V. Os Embargos de Declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

14-Assinale a alternativa INCORRETA, relativamente ao processo cautelar:

- a) Nos casos de Medidas Cautelares preparatórias, o trintídio a ser observado para o ajuizamento da ação principal corre sempre da data do deferimento da liminar.
- b) Em regra, a decisão exarada nos autos atrai somente a coisa julgada formal.
- c) Cabe o seqüestro de bens imóveis quando lhes for disputada a propriedade ou posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- d) Dentre os requisitos da petição inicial, encontra-se a indicação da lide a ser resolvida na ação principal.
- e) A produção antecipada de provas é cabível ainda que o processo principal seja de jurisdição voluntária.

15-É impedido de depor como testemunha:

- a) O que tiver interesse no litígio.
- b) O condenado por crime de falso testemunho.
- c) O menor de 16 (dezesseis) anos.
- d) O tutor, na causa do menor sob sua tutela.
- e) O que, por seus costumes, não for digno de fé.

16-Em relação aos procedimentos especiais, é INCORRETO afirmar:

- a) Nas ações possessórias, é lícito ao autor cumular pedido de proteção possessória com condenação do réu em perdas e danos.
- b) O deferimento liminar de manutenção ou reintegração de posse contra as pessoas jurídicas de direito público só é possível após a prévia audiência de seus representantes judiciais.
- c) Na Ação de Usucapião, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo.
- d) A Ação de Usucapião cabe também ao possuidor para que se lhe declare, nos termos da lei, a servidão predial.
- e) Os Embargos de Terceiros são cabíveis no processo de conhecimento até a prolação da sentença em 1º grau.

DIREITO PENAL

17-Considerando as disposições da Parte Geral do Código Penal relativas ao crime, correlacione as colunas e assinale, a seguir, a sequência CORRETA:

1-Crime Consumado	2-Crime tentado	3-Arrependimento eficaz
4-Crime impossível	5-Crime doloso	6-Crime Culposos

7-Erro sobre a ilicitude do fato

- () Configura-se quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- () Por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é inviável sua execução.
- () Quando inevitável, isenta de pena; quando evitável, pode diminuí-la de um sexto a um terço.
- () Reúne todos os elementos de sua definição legal.
- () Ocorre se o agente impede que o resultado se produza, caso em que só responde pelos atos já praticados.
- () Configura-se quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- () É assim chamado se, iniciada a execução, esta não se conclui por circunstâncias alheias à vontade do agente.

- a) 2-4-6-1-7-5-3
- b) 1-2-3-5-4-7-6
- c) 5-2-7-6-3-1-4
- d) 6-1-3-2-4-7-5
- e) 5-4-7-1-3-6-2

18-São causas de exclusão da ilicitude, EXCETO:

- a) Legítima defesa.
- b) Exercício regular de direito.
- c) Estado de necessidade.
- d) Embriaguez proveniente de caso fortuito.
- e) Estrito cumprimento de dever legal.

19-São normas que regem o concurso de pessoas, EXCETO:

- a) São comunicáveis, em qualquer hipótese, as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.
- b) A pena pode ser diminuída de um sexto a um terço se a participação é de menor importância.
- c) Caso a intenção de qualquer dos concorrentes tenha sido participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.
- d) Salvo disposição expressa em contrário, não é punível o ajuste, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- e) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide, na medida de sua culpabilidade, nas penas àquele cominadas.

20-No caso do agente que, praticando uma só conduta, comete dois ou mais crimes, idênticos ou não, observam-se, na aplicação da pena, as regras referentes a:

- a) Concurso material.
- b) Concurso formal.
- c) Crime continuado.

- d) Erro na execução.
- e) Resultado diverso do pretendido.

21-No que se refere à ação penal, é INCORRETO afirmar que:

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, a ação de iniciativa privada poderá ser intentada em crime de ação pública.
- c) Implica renúncia tácita ao direito de queixa o fato de o ofendido receber a indenização do dano causado pelo crime.
- d) O perdão do ofendido, no processo ou fora dele, expresso ou tácito, aproveita a todos os querelados, se concedido a qualquer destes.
- e) Salvo disposição contrária, ocorre a decadência do direito de queixa ou de representação se o ofendido não o exerce dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.

22-Leia atentamente as assertivas abaixo, todas relacionadas com os crimes contra a pessoa.

- I. Diz-se privilegiado o homicídio se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção , logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- II. O juiz poderá deixar de aplicar a pena, no caso de homicídio culposo, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- III. Configura-se lesão corporal de natureza gravíssima quando da ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem resulte debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- IV. Comete o crime de maus-tratos quem abandona pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.
- V. A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, não constitui injúria ou difamação punível, mas responde pela injúria ou pela difamação quem lhe dá publicidade.
- VI. Constitui crime de violação de domicílio a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências, a qualquer hora do dia ou da noite, sem consentimento do morador, mesmo que algum crime esteja sendo ali praticado ou na iminência de o ser.

Assinale:

- a) Se apenas as assertivas I e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as assertivas II e III estiverem corretas.
- c) Se apenas as assertivas II, III, IV e VI estiverem corretas.
- d) Se apenas as assertivas I, II e V estiverem corretas.
- e) Se todas as assertivas estiverem corretas.

23-Quem arromba cofre de um banco e lá subtrai vultosa importância em dinheiro, conseguindo evadir-se do local com o produto do crime, comete:

- a) furto simples
- b) extorsão
- c) apropriação indébita
- d) roubo
- e) furto qualificado

24-Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à tipificação do crime indicado entre parênteses:

- a) Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo. (SEDUÇÃO)
- b) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. (USO DE DOCUMENTO FALSO)
- c) Solicitar ou receber o funcionário público, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. (CORRUPÇÃO PASSIVA)

- d) Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. (DESACATO)
- e) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha. (FAVORECIMENTO PESSOAL)

DIREITO PROCESSUAL PENAL

25-No que se refere ao inquérito policial, é INCORRETO afirmar:

- a) Nos crimes de ação privada, somente a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la, poderá a autoridade policial proceder a inquérito.
- b) Na hipótese de menoridade do indiciado, a autoridade policial lhe nomeará curador.
- c) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- d) Somente para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, poderá o Ministério Público requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.
- e) No relatório a ser enviado, nos autos do inquérito, ao juiz competente, a autoridade policial não poderá indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.

26-NÃO se considera em flagrante delito quem:

- a) Está cometendo a infração penal.
- b) Acaba de cometer a infração penal.
- c) É perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração.
- d) É visto nas proximidades do local da infração, dias depois, em atitude suspeita, negando-se a fornecer ou indicar à autoridade elementos que o identifiquem.
- e) É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

27-São hipóteses legais de rejeição da denúncia ou queixa, EXCETO:

- a) Não constituir crime o fato narrado.
- b) Estar extinta a punibilidade.
- c) Ser manifesta a ilegitimidade da parte.
- d) Faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal.
- e) Haver errônea classificação do crime.

28-NÃO se inclui entre as exceções processuais:

- a) suspeição
- b) incidente de falsidade
- c) incompetência de juízo
- d) litispendência
- e) coisa julgada

29-Leia atentamente as assertivas abaixo, todas relacionadas com os sujeitos processuais:

- I. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que seu cônjuge tiver funcionado como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- II. Estendem-se aos órgãos do Ministério Público, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.
- III. A falta de comparecimento do defensor, quando motivada, determinará o adiamento de qualquer ato do processo.
- IV. Não poderá intervir como assistente do Ministério Público o co-réu no mesmo processo.
- V. As partes não intervirão na nomeação do perito, e este, mesmo quando não oficial, se sujeitará à disciplina judiciária.

Assinale:

- a) Se apenas as assertivas I e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as assertivas III e V estiverem corretas.

- c) Se apenas as assertivas II, III e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as assertivas I, II, IV e V estiverem corretas.
- e) Se todas as assertivas estiverem corretas.

30-Toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa, a competência será fixada:

- a) Pela prerrogativa de função.
- b) Por conexão ou continência.
- c) Por prevenção.
- d) Pela natureza da infração.
- e) Pelo domicílio da infração.
- f) Pelo domicílio ou residência do réu.

31-A respeito da instrução, no processo e julgamento dos crimes da competência do juiz singular, é INCORRETO afirmar que:

- a) Logo após o interrogatório ou o prazo de 3 (três) dias, o réu ou seu defensor poderá oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.
- b) Apresentada a defesa prévia, proceder-se-á à inquirição das testemunhas da defesa, ouvindo-se, a seguir, as da acusação.
- c) Não comparecendo o réu, sem motivo justificado, no dia e na hora designados, o prazo para defesa será concedido ao defensor nomeado pelo juiz.
- d) Serão inquiridas no máximo 8 (oito) testemunhas da acusação e até 8 (oito) da defesa, não compreendidas nesse número as não compromissadas e as referidas.
- e) As partes poderão oferecer documentos em qualquer fase do processo.

32-No que se refere aos recursos, é INCORRETO afirmar que:

- a) Da decisão, despacho ou sentença que não recebe a denúncia ou a queixa, cabe recurso em sentido estrito.
- b) Pode ser interposta apelação, no prazo de 5 (cinco) dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- c) Privativo da defesa, o protesto por novo júri é admitido, uma única vez, no caso de a sentença condenatória ser de reclusão por tempo igual ou superior a 20 (vinte) anos.
- d) No caso de haver obscuridade, contradição ou omissão em acórdão proferido por tribunal, câmara ou turma, podem ser opostos embargos de declaração, no prazo de 2 (dois) dias contado de sua publicação.
- e) A revisão criminal pode ser requerida, em favor do réu, apenas por procurador legalmente habilitado e desde que ainda não extinta a pena, sendo inadmissível, em qualquer circunstância, a reiteração do pedido.

DIREITO PENITENCIÁRIO

AS QUESTÕES DE NÚMEROS 33 A 35 BASEIAM-SE NA LEI FEDERAL Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

33-É INCORRETO afirmar que o trabalho do condenado:

- a) Não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) É remunerado, mediante prévia tabela, e não pode ser inferior a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo.
- c) No caso de prisão provisória, não é obrigatório e só pode ser executado no interior do estabelecimento.
- d) Pode ser externo, desde que não se trate de presos em regime fechado.
- e) Sua prestação em caráter externo depende de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de $\frac{1}{6}$ (um sexto) da pena.

34-Compete ao juiz da execução, EXCETO:

- a) Estabelecer o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade.

- b) Aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favoreça o condenado.
- c) Decidir sobre suspensão condicional da pena.
- d) Determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.
- e) Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança.

35-O estabelecimento penal destinado ao cumprimento da pena em regime semi-aberto é:

- a) Casa do Albergado.
- b) Cadeia Pública.
- c) Colônia Agrícola.
- d) Penitenciária.
- e) Centro de Observação.

AS QUESTÕES DE NÚMEROS 36 E 37 BASEIAM-SE NA LEI ESTADUAL Nº 11.404, DE 25 DE JANEIRO DE 1994.

36-Os órgãos da execução penal relacionados na lei citada NÃO incluem:

- a) Juízo da Execução e Patronato.
- b) Departamento Penitenciário.
- c) Superintendência de Organização Penitenciária e Direção do Estabelecimento.
- d) Conselho de Criminologia e Política Criminal.
- e) Conselho Penitenciário e Conselho da Comunidade.

37-A respeito dos órgãos da execução penal, é INCORRETO afirmar que:

- a) Incumbe ao Serviço Social Penitenciário autorizar a internação e a desinternação nos estabelecimentos penitenciários.
- b) O Juízo da Execução compreende o Juiz da Execução, o representante do Ministério Público, a Defensoria Pública e o Serviço Social Penitenciário.
- c) À Defensoria Pública incumbe promover a defesa dos sentenciados carentes nas áreas cível, penal e disciplinar.
- d) É atribuição do Ministério Público requerer a progressão ou a regressão do regime de cumprimento da pena.
- e) O Conselho Penitenciário, órgão consultivo e fiscalizador da execução penal, tem, entre outras atribuições, a de emitir parecer sobre livramento condicional.

DIREITO CONSTITUCIONAL.

38-Aplicam-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 as seguintes classificações, EXCETO:

- a) dogmática
- b) popular
- c) rígida
- d) democrática
- e) histórica

39-Quanto aos direitos políticos na ordem constitucional brasileira, é correto afirmar, EXCETO:

- a) A nacionalidade é requisito da cidadania.
- b) Embora alistáveis, os analfabetos não são detentores de direitos políticos passivos.
- c) Por critério de idade, o alistamento eleitoral apresenta-se facultativo apenas para os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.
- d) É vedada a privação de direitos políticos por cassação.
- e) Há possibilidade jurídica de reaquisição dos direitos políticos perdidos.

40-Quanto ao Estado Federado, é INCORRETO afirmar:

- a) Pode incluir a medida provisória em seu processo legislativo.
- b) É-lhe vedado estabelecer cultos religiosos ou igrejas.

- c) Detém competência concorrente relativamente, entre outras matérias, a procedimento em matéria processual, assistência jurídica e defensoria pública.
- d) Sua polícia militar constitui força auxiliar e reserva de Exército.
- e) Detém competência para apresentar emenda à Constituição da República, exigido o quorum de maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa para aprovação da proposta.

41-Quanto ao município, é correto afirmar, EXCETO:

- a) Os vereadores detêm inviolabilidade e imunidade processual.
- b) A Câmara dos Vereadores detém função julgadora específica.
- c) Rege-se por lei orgânica.
- d) É-lhe vedado criar tribunal, conselho ou órgão de contas.
- e) O prefeito tem como foro de julgamento o Tribunal de Justiça do Estado.

42-Constitucionalmente, apresentam-se como campos de atendimento da Previdência Social, EXCETO:

- a) Manutenção auxiliar dos dependentes dos segurados de baixa renda.
- b) Pensão por morte do segurado, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
- c) Habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- e) Aposentadoria.

LEIA ATENTAMENTE AS ASSERTIVAS DAS QUESTÕES DE NÚMEROS 43 A 45. PARA RESPONDER A ESSAS QUESTÕES, ASSINALE:

- a) Se apenas as assertivas I e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as assertivas II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as assertivas I e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as assertivas III e IV estiverem corretas.
- e) Se todas as assertivas estiverem corretas.

43-Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade:

- I. A inconstitucionalidade por omissão só pode ser atacada pela via de exceção ou defesa.
- II. É de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal conhecer e decidir ação que vise à decretação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- III. A declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal de lei ou ato normativo do poder público depende do voto da maioria absoluta de seus membros.
- IV. Além de possuir legitimação para propor ação de inconstitucionalidade, o Procurador Geral da República deverá ser ouvido nos feitos da via concentrada de competência do Supremo Tribunal Federal.
- V. Conquanto produzam efeitos “erga omnes”, as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de inconstitucionalidade não têm efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.

44-Sobre o poder constituinte:

- I. O poder constituinte originário é inicial, autônomo e incondicionado.
- II. Denomina-se poder constituinte decorrente aquele que se destina a modificar a Constituição, consoante as normas nela estabelecidas.
- III. A aprovação de emendas à Constituição exige quorum de 3/5 (três quintos) dos votos dos membros do Congresso Nacional.
- IV. São imodificáveis na Constituição: a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação de poderes, os direitos sociais e os direitos e garantias individuais.
- V. Não há no Texto Constitucional previsão expressa de emenda popular à Constituição.

45-Quanto aos direitos e garantias individuais:

- I. Constitui garantia constitucional individual aberta a toda e qualquer pessoa física ou jurídica o direito de petição aos poderes públicos.
- II. Com a natureza de remédio constitucional, o mandado de injunção pode ser proposto por qualquer cidadão, independentemente de interesse próprio.

- III. É cabível o mandado de segurança contra pessoas privadas quando no exercício de funções públicas.
- IV. É cabível “habeas corpus” contra violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder, aí incluídos os atos disciplinares punitivos de qualquer natureza.
- V. São ativamente legitimados para o mandado de segurança coletivo: organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano e os partidos políticos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

46-Está INCORRETA a seguinte classificação de ato administrativo:

- a) Regimento Interno de Tribunal – ato normativo.
- b) Autorização de porte de arma – ato constitutivo.
- c) Laudo técnico policial – ato enunciativo.
- d) Interdição de estabelecimento comercial – ato ordinário.
- e) Certidão de tempo de serviço público – ato declaratório.

47-João exerce cargo público em uma autarquia federal. Trata-se de cargo para o qual foi nomeado há um ano em virtude de aprovação em concurso público. João tomou posse e entrou em exercício três dias após a nomeação. Considerando-se os dados acima, é CORRETO afirmar:

- a) Ocupante de cargo na Administração Indireta, João não se submete à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) Já na condição de servidor público efetivo, João encontra-se em estágio probatório, condição da aquisição de estabilidade.
- c) Se eleito para mandato federal, estadual, distrital ou municipal, João só poderá exercê-lo mediante afastamento de seu cargo.
- d) João tem direito de aposentar-se no serviço público, por idade, aos 65 (sessenta e cinco) anos com proventos integrais.
- e) A João é vedado o direito de sindicalização.

48-NÃO decorre do uso de poder administrativo hierárquico:

- a) Aprovação de um relatório de inspeção.
- b) Avocação de uma atribuição administrativa.
- c) Invalidação de ato administrativo.
- d) Aplicação de pena de advertência a servidor faltoso.
- e) Distribuição de tarefas entre os membros de uma comissão.

49-Quanto à responsabilidade civil extracontratual do Estado, é CORRETO afirmar:

- a) Sendo de natureza objetiva, impõe-se exclusivamente em face da prática de atos ilícitos.
- b) Abrange atos administrativos, legislativos e judiciais.
- c) Exclui os atos de império.
- d) Excluem-se de sua incidência os particulares concessionários ou permissionários de serviço público.
- e) O direito de regresso constitui faculdade da Administração Pública.

50-A Comissão Parlamentar de Inquérito tem as seguintes características, EXCETO:

- a) Detém poderes judiciais.
- b) Pode anular atos administrativos objeto da investigação.
- c) É criada pelo Congresso Nacional ou, separadamente, pelo Senado ou pela Câmara dos Deputados, sempre a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.
- d) Funciona por prazo certo.
- e) Constitui mecanismo de controle parlamentar passível de utilização por qualquer dos entes federados.

GABARITO

01-C	11-E	21-C	31-B	41-A
02-D	12-B	22-D	32-E	42-C
03-A	13-D	23-E	33-D	43-D
04-E	14-A	24-C	34-A	44-C
05-D	15-D	25-E	35-C	45-A
06-C	16-E	26-D	36-B	46-D
07-E	17-E	27-E	37-A	47-B
08-B	18-D	28-B	38-E	48-D
09-A	19-A	29-D	39-C	49-B
10-C	20-B	30-C	40-E	50-B